

## **NATUREZA E CONVENÇÃO NA LINGUAGEM: ROUSSEAU LEITOR DO CRÁTILLO DE PLATÃO\***

NATURE AND CONVENTION IN LANGUAGE: ROUSSEAU AS A READER OF PLATO'S CRATYLUS

Lucas Mello Carvalho Ribeiro\*\*

### RESUMO

Ao final do quarto capítulo do Ensaio sobre a origem das línguas, após oferecer um apanhado das características distintivas da linguagem originária, cujas gênese e natureza vinham de ser traçadas, Jean-Jacques Rousseau afirma que, se seu leitor considerasse todas as implicações das teses ali apresentadas, o Crátilo não pareceria tão ridículo. Duas proposições importantes subjazem a essa breve referência, quase sempre negligenciada pelos intérpretes do genebrino: (i) o diálogo platônico sobre a correção dos nomes era visto com ampla derrisão no dix-huitième e (ii) a teoria da linguagem avançada no Ensaio convidaria a um reexame dessa recepção. O objetivo do presente artigo é justamente esclarecer cada um desses pontos. Por que o Crátilo parecia disparatado aos philosophes? O que leva Rousseau a contestar essa percepção? Este percurso nos levará a confrontar a teoria rousseauiana da linguagem às concepções hegemônicas sobre o tema na idade clássica, com o intuito de precisar o estatuto e o alcance do referido resgate do texto platônico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rousseau; Platão; *Crátilo*; linguagem; natureza; convenção.

### ABSTRACT

At the end of the fourth chapter of the Essay on the origin of languages, after offering an overview of the distinctive characteristics of the original language, whose genesis and nature had just been traced, Jean-Jacques Rousseau states that, if his reader were to take into account all of the implications of the thesis then presented, the Cratylus would not seem so ridiculous. Two important propositions underline this brief reference, almost always neglected by the Genevan's commentators: (i) the platonic dialogue on the correctness of names was regarded with great disdain in the eighteenth century, (ii) the theory of language brought forth in the Essay would incite a reexamination of said reception. The present article aims precisely to clarify each of these points. Why did the Cratylus seem so ludicrous to the philosophes? What brings Rousseau to question this perception? This itinerary will lead us to confront the Rousseauian theory of language to the hegemonic stances on the subject in the age of Enlightenment, so as to precise the status and extension of said reappraisal of the platonic dialogue.

**KEYWORDS:** Rousseau; Plato; *Cratylus*; language; nature; convention.

---

\* Artigo recebido em 09/07/2023 e aprovado para publicação em 13/11/2023.

\*\* Professor do Departamento de Psicologia do Centro Universitário FAESA (campus Vitória/ES). Psicólogo, Mestre e Doutor em Filosofia pela UFMG, com período de estágio doutoral (PDSE-CAPES) na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Email: [lucasmcr@yahoo.com.br](mailto:lucasmcr@yahoo.com.br).

## INTRODUÇÃO

Ao final do quarto capítulo do *Ensaio sobre a origem das línguas*, após oferecer um apanhado das características distintivas da linguagem originária, cujas gênese e natureza vinham de ser traçadas, Rousseau (1995, p. 383) afirma que, se seu leitor considerasse todas as implicações das teses ali apresentadas, o *Crátilo* não pareceria tão ridículo. Duas proposições importantes subjazem a essa breve referência, quase sempre negligenciada pelos intérpretes do genebrino: (i) o diálogo platônico era visto com ampla derrisão no *dix-huitième* e (ii) a teoria da linguagem avançada no *Ensaio* convidaria a um reexame dessa recepção. Pretende-se, aqui, justamente esclarecer cada um desses pontos. Por que o *Crátilo* parecia disparatado aos *philosophes*? O que leva Rousseau a contestar essa percepção? Para respondermos a essas perguntas, impõe-se revisitar, ainda que de maneira panorâmica, o texto de Platão.

## NATUREZA E CONVENÇÃO NO CRÁTILLO

Como é sabido, o *Crátilo* tem por tarefa investigar o problema da correção dos nomes. Trata-se de averiguar qual princípio preside a relação entre o nome e a coisa nomeada. Nesse âmbito, duas hipóteses opostas são suscitadas. Uma delas, apresentada no diálogo por Hermógenes, preconiza que a relação entre a palavra e a realidade por ela designada é puramente arbitrária, produto tão somente da convenção humana. Segundo a ótica convencionalista, o único critério para a retidão dos nomes seria seu uso por determinada comunidade linguística. Todo nome seria correto, desde que referendado pelas práticas linguísticas comuns: “se alguém coloca um nome numa coisa, este está correto. Depois disso, se for mudado para um outro, o novo não vai ser menos correto do que o anterior” (Platão, 2014, 384c-d). No limite, tal posicionamento deixaria antever até mesmo a possibilidade de uma multiplicação de idioglossias (Barros Neto, 2011, p. 34-35). Todavia, tão logo essa posição é enunciada, ela é confrontada às interpelações de Sócrates.

Sua principal objeção à tese convencionalista é de ordem epistemológica, e se sustenta em um raciocínio que iremos chamar de analítico-regressivo: admitindo-se a existência de discursos falsos e verdadeiros, não teríamos de admitir, igualmente, a existência de nomes falsos e verdadeiros, uma vez que estes são justamente as partes constitutivas do discurso? (Platão, 2014, 385b5-d1). Dados os propósitos deste artigo não iremos nos demorar sobre a fundamentação da crítica socrática. No entanto, é mister destacar, ainda que sumariamente, sua limitação: a falsidade

– ou veracidade – de um discurso repousa no juízo proposicional, ou seja, na atribuição de um predicado a um sujeito, e não na relação das palavras isoladas com os entes por elas designados:

Há, [...] na alma, tanto o pensamento sem o ser falso ou o ser verdadeiro quanto o pensamento em que é necessário que subsista um ou outro desses, e da mesma maneira em relação aos sons pronunciados. O falso e o verdadeiro existem na composição e na separação. Os nomes e os verbos, por eles mesmos, parecem o pensamento sem composição ou separação, como homem ou branco, quando não se anexa alguma coisa a eles. Pois, de qualquer modo, nem são falsos nem verdadeiros. E, com efeito, o bodecervo significa alguma coisa, ainda que nem verdadeira nem falsa, se não se anexar a ela o ser ou o não ser, ou absolutamente, ou segundo o tempo (Aristóteles, 2013, p. 3).

Quer dizer, o discurso não pode ser equacionado aos nomes-partes que o constituem. Poderíamos dizer, seguindo certa tradição, que apenas a combinação de nomes que engendra um discurso envolve o aparecimento de “propriedades emergentes”<sup>1</sup>, como o verdadeiro e o falso.

Apontadas as supostas fragilidades do convencionalismo radical, voltemo-nos para seu contraponto, a hipótese naturalista, defendida pelo personagem-título do diálogo. Desde essa perspectiva, existiria uma intimidade entre significante e referente, e, portanto, uma única nomeação correta, “inerente à natureza de cada um dos seres” (Platão, 2014, 383a5). Desse modo, a despeito da variedade das línguas faladas ordinariamente, seria possível reconstituir uma linguagem universal, composta pelo conjunto dos nomes verdadeiros, aqueles que designam adequadamente a realidade referida: “Um nome não seria isto que alguns, pronunciando partes de seu idioma, convencionaram usar [...]. Haveria, sim, uma correção intrínseca aos nomes, a mesma para todos, gregos ou estrangeiros” (Platão, 2014, 383a4-b2), reivindica Crátilo.

Para ele, o nome propriamente dito deve oferecer ou uma descrição condensada ou uma imitação aproximativa do objeto nomeado. Por exemplo, *Hermógenes* não seria o nome correto da personagem do diálogo assim chamada, uma vez que a palavra *Hermógenes* remete a um indivíduo da linhagem de Hermes – deus, dentre outras coisas, do comércio –, ao passo que o

---

<sup>1</sup> Sobre a noção de propriedades ou qualidades emergentes, destacam-se, dentre outros, o prefácio das *Regras do método sociológico*, de Émile Durkheim (2012, p. IX-XV), e os aportes de Edgar Morin (1982). Cumpre salientar, ainda, que a lógica das propriedades emergentes pode ser discernida no *Manuscrito de Genebra*, no qual Rousseau sublinha a especificidade do interesse público relativamente aos interesses individuais e de um suposto Estado global relativamente aos corpos políticos enquanto tais: “Se a sociedade geral [do gênero humano] existisse fora dos sistemas dos *philosophes*, ela seria, como o disse, um ser moral com qualidades próprias e distintas daquelas dos Estados particulares que a constituem, mais ou menos como os compostos químicos têm propriedades que não existem em nenhum dos mistos que os compõem. [...] o bem e o mal públicos não seriam apenas a soma dos bens ou dos males particulares, como em uma simples agregação, mas residiriam na ligação que os une, seriam maiores do que a soma daqueles; [...] a felicidade pública, longe de ser estabelecida a partir da felicidade dos particulares, seria a fonte desta” (Rousseau, 1964b, p. 284). O emprego do vocabulário e a alusão a fenômenos da química para conferir inteligibilidade à esfera política são evidentes no trecho em questão. A esse respeito, lê-se a primeira parte de *La fabrique des concepts*, de Bruno Bernardi (2014, p. 29-172).

indivíduo em questão era célebre por suas dificuldades pecuniárias. Portanto, visto que o nome *Hermógenes* não descreve adequadamente o ente nomeado, a conclusão é a de se está diante de uma nomeação errônea (Platão, 2014, 384b-c).

A fim de testar essa hipótese, Sócrates lança mão, uma vez mais, de um procedimento de tipo analítico-regressivo. Parece-lhe sempre necessário voltar um passo atrás no aferimento da justeza da relação entre nome e nomeado. Grande parte dos nomes é derivada de uma composição. Caso do referido *Hermógenes* – combinação de *Herme* e *gêne* (plural de *gênos*, linhagem, gênero). Mais ainda: mesmo os nomes primários são objetos complexos, resultantes do agrupamento de letras ou fonemas (Platão, 2014, 425d). De tal modo que, em última instância, a adequação nome/nomeado irá depender da capacidade de essas unidades linguísticas mínimas espelharem, em alguma medida, a coisa referenciada, ou, ao menos, algum aspecto dela. A justeza de uma nomeação repousaria, mais especificamente, em um isomorfismo entre a emissão sonora e a realidade designada. Com vistas a esclarecer essas colocações, decerto excêntricas para espíritos contemporâneos, recorreremos novamente à via dos exemplos, abundantes ao longo do diálogo. Vejamos.

Para se representar realidades em constante fluxo, conviriam nomes em que a letra “ρ” (rô) se fizesse largamente presente, pois sua elocução – o /r/ – seria similar ao movimento, evocando-o. Daí a correção de nomes como *correr* e *correnteza* (Platão, 2014, 426c-d). A bem dizer, as consoantes fricativas e as vibrantes como um todo seriam apropriadas para designar entes móveis, transitórios, em perpétuo movimento, visto que podem ser proferidas ininterruptamente: “o mundo onde nada está em repouso é sugerido como sendo isomórfico à emissão sonora contínua de letras como o ‘r’ e ‘s’, que possuem a mesma *dynamys* para representar o fluxo incessante” (Barros Neto, 2011, p. 12). Por seu turno, objetos que têm a fluidez por característica reclamariam o emprego da letra “λ” (lambda), em cuja fonação a língua é obrigada a deslizar (Platão, 2014, 427a).

\*

A análise de Sócrates prossegue nesses termos, associando diferentes fonemas a diferentes atributos ontológicos, para, posteriormente, apontar os limites do viés naturalista, aos quais teríamos de voltar nossa atenção se se tratasse aqui de uma exegese do *Crátilo*. Contudo, iremos nos deter no passo que viemos de explorar, pois nossa suspeita é a de que exatamente ali se encontram as razões da recepção derrisória que este diálogo obteve no setecentos.

A origem desta suspeita, é preciso confessar, foi puramente intuitiva: a justificativa naturalista da nomeação, fundamentada em uma afinidade entre a enunciação e o objeto enunciado, pareceu, a nós, um tanto quanto esdrúxula. E, como adiantamos, cremos que ela causaria estranheza a qualquer estudioso contemporâneo do tema. Isso porque uma das pedras angulares da linguística contemporânea é precisamente a *arbitrariedade do signo*, ponto pacífico mesmo entre teóricos de orientações díspares. Com efeito, na obra tida como documento fundacional daquela ciência – o *Cours de linguistique générale*, de Saussure (1995, p. 100-103) –, o caráter convencional da nomeação é afirmado enfaticamente, sendo reiterado mesmo para aquela classe muito restrita de signos em relação aos quais poderíamos estar dispostos a fazer alguma concessão ao naturalismo, a saber, as *onomatopeias*. O genebrino – desta vez o linguista, não o filósofo – mostra de maneira convincente que, no mais das vezes, elas não passam de imitações aproximativas, desde sempre convencionais (Saussure, 1995, p. 103). Se nos é permitido um exemplo algo pueril: o mesmíssimo cachorro é referido por uma criança brasileira com um *au-au*, enquanto a criança francesa diz *uouf-uouf* e a inglesa *bark-bark*.

Todavia, o propósito deste trabalho não é explicar o descrédito do tipo de naturalismo professado por Crátilo na contemporaneidade, mas, sim, no século de Rousseau. Por isso, faz-se necessário verificar, objetivamente, se o *dix-huitième* já havia consagrado uma concepção de linguagem incompatível com os preceitos naturalistas há pouco expostos. Para tanto, adotamos como estratégia metodológica inicial uma incursão à *Encyclopédie*, que, em função das diretrizes que guiam sua redação, quase sempre oferece um estado da arte dos tópicos abordados (Souza, 2015, p. 13; Matos, 2015, p. 34-37).

## O CONVENCIONALISMO LINGUÍSTICO NA *ENCYCLOPÉDIE* E O ARBITRÁRIO DO SIGNO NA IDADE CLÁSSICA

*“Juliet:*  
– What’s in a name? That which we call a rose  
By any other name would smell as sweet”  
(Shakespeare, *Romeo & Juliet*, II, ii, v. 43-44).

Foi, portanto, com vistas a obter um panorama do pensamento hegemônico sobre a linguagem no dezoito que consultamos o artigo “Langue”, do gramático Nicolas Beauzée. E o que se constata desde as primeiras linhas deste verbete é a afirmação inequívoca de uma posição estritamente convencionalista. Que se considere a dimensão material das palavras ou o processo

de significação, tudo é uso na linguagem, a convenção é legisladora exclusiva nesse domínio, dirá Beauzée (1986, p. 205). Donde a língua ser definida como “a totalidade dos usos próprios a uma nação para exprimir os pensamentos [...]” (Beauzée, 1986, p. 205). A articulação sonora empregada para fazê-lo é indiferente ao conteúdo significado, poderia ter sido e sempre poderá ser outra. Aparentemente, os modernos, como os contemporâneos, deram razão a Hermógenes. Assim sendo, as elucubrações naturalistas do *Crátilo* só poderiam mesmo ser lidas como algo extravagante pela intelectualidade dezoitista.

\*

Certa prudência argumentativa, no entanto, se impõe. Se bem que, por sua forma e vocação, a *Enciclopédia* fornece ao leitor, amiúde, um panorama do estado da arte dos temas tratados, é inegável que algumas de suas entradas apresentam pensamentos originais. Um dos exemplos mais patentes nesse sentido talvez seja o verbete “Economia política”, da lavra de Rousseau, no qual, dentre outros aportes inéditos, ele introduz seu conceito de vontade geral. É preciso certificarmos-nos, pois, que o convencionalismo linguístico já se encontrava, de fato, consagrado no *Zeitgeist* dezoitista. Para tanto, passamos do *Dicionário razoado* a outras fontes. Limitar-nos-emos a duas delas, em virtude do imenso alcance e impacto que tiveram na idade clássica, tendo seus autores sido alçados ao posto de autoridade sobre a questão à época.

Começemos pela *Gramática geral e arazoada*, de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, conhecida como *Gramática de Port-Royal* (1660). Neste verdadeiro cânone dos estudos modernos sobre a linguagem, a postura convencionalista é assinalada desde as considerações preliminares: “A gramática é a arte de falar. Falar é explicar os pensamentos por *signos que os homens inventaram* com este intuito” (Arnauld; Lancelot, 1967, p. 6; ênfases nossas). O fato de não haver qualquer preocupação em fundamentar essa afirmação e de ela não suscitar ali qualquer debate nos parece um indicativo de que os gramáticos de Port-Royal não apenas contribuíram para consolidar o convencionalismo, mas também que já se tratava de um ponto de vista amplamente aceito.

Voltemo-nos agora, rapidamente, para as considerações linguísticas do *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), de John Locke, referência maior dos *philosophes*, a ponto de receber de muitos deles o epíteto de “le sage”. Eis o que lemos no capítulo dessa obra dedicado à significação das palavras:

Embora o homem possua uma grande diversidade de pensamentos, a tal ponto que os outros e ele próprio podem disso tirar proveito e prazer, estão, no entanto, todos eles fechados em seu espírito, invisíveis e escondidos, não podendo por si sós aparecer. Tal como não saberíamos usufruir nem das vantagens nem das comodidades da sociedade sem uma comunicação de pensamentos, da mesma maneira era necessário que o homem inventasse alguns signos exteriores e sensíveis pelos quais estas ideias invisíveis, de que se compõem seus pensamentos, pudessem ser manifestadas aos outros. Nada mais próprio para este efeito, em termos de abundância e rapidez, do que esses sons articulados que ele se sente capaz de formar com tanta facilidade e variedade. Por aqui se pode ver como *as palavras*, tão bem adaptadas a este fim por natureza, *vêm a ser usadas pelos homens como signos de suas ideias, e não por qualquer ligação natural existente entre certos sons articulados e certas ideias (pois, nesse caso, só haveria uma única língua entre os homens), mas por uma imposição voluntária, em virtude da qual uma certa palavra foi arbitrariamente constituída como signo de determinada ideia* (Locke, 2008, p. 545; grifos nossos, tradução ligeiramente modificada).

Isso posto, não acreditamos ser necessário mais para afirmar que Beauzée pode, sim, ser tomado como representante do pensamento linguístico majoritário no *dix-huitième*<sup>2</sup>.

## NATUREZA E CONVENÇÃO NO ENSAIO SOBRE A ORIGEM DAS LÍNGUAS

Explicitados os motivos que contribuíram para a recepção derrisória do *Crátilo* na idade clássica, resta, agora, elucidar a *démarche* que leva Rousseau a questioná-la.

Cumprido, de início, deixar claro que, como seus contemporâneos, o filósofo genebrino está perfeitamente ciente de que as línguas nacionais de então são fruto da convenção. Nas línguas modernas – condicionadas por necessidades práticas e por um imperativo de comunicação precisa –, o uso é, sim, o mestre soberano dos processos de significação. Rousseau não teria problemas em reconhecê-lo.

De resto, uma leitura atenta dos momentos conclusivos do *Crátilo* revela que também Platão – se tomarmos Sócrates como seu porta-voz – estava disposto a admitir que, mesmo os nomes falsos – quer dizer, aquelas palavras cujas morfologia e sonoridade não espelham em nada ou quase nada a coisa que se pretende nomear – logravam especificar a realidade extralinguística e estabelecer uma comunicação exitosa, devido simplesmente à força do hábito, ou, dito de outro modo, da convenção (Platão, 2014, 434e1-435a1)<sup>3</sup>. Logo, muitos intérpretes

---

<sup>2</sup> Para um panorama da posição convencionalista na modernidade, ver Vaxelaire (2014, p. 542 e seguintes). Aproveitamos a ocasião para agradecer o amigo e colega dezoitista – Lourenço Fernandes Neto e Silva – pelas fecundas colocações sobre convencionalismo e naturalismo na filosofia moderna, feitas após a apresentação de uma versão resumida deste trabalho na Università degli Studi di Roma Tor Vergata, por ocasião do “16th ISECS Congress”, em julho de 2023.

<sup>3</sup> O convencionalismo, diga-se, já era bastante difundido na antiguidade, vide as considerações de Aristóteles (2013, p. 4-5) no início do *De interpretatione*: “O nome é um som articulado e significativo,

defendem que a posição final do diálogo relativamente à correção dos nomes seria a de um *convencionalismo moderado* (Barros Neto, 2011; Marques, 2014).

Porém, não é quando da análise das diferentes línguas nacionais que Rousseau remete ao diálogo platônico, senão ao cabo de sua descrição da hipótese da linguagem originária, de cunho universal. É em suas características que devemos buscar elementos que possam matizar a crítica não ao *Crátilo* como um todo, mas à teoria naturalista da nomeação ali desenvolvida. Com efeito, quando é dito que o *Crátilo* não deveria parecer tão ridículo, talvez Rousseau refira-se à personagem, e não ao diálogo. Abordemos, pois, os primeiros capítulos do *Ensaio*, nos quais a linguagem primeva é detalhada.

Vemos, prontamente, tratar-se de uma linguagem não representacional, uma linguagem que não se presta à designação desinteressada de realidades exteriores ao sujeito da elocução. As paixões arrancaram as primeiras vozes, diz Rousseau (1995, p. 380), e a linguagem das origens não é senão imitação das moções passionais que a deflagraram (Prado Jr., 2008, p. 152). Causa e efeito se reúnem aí, os móveis da enunciação são idênticos ao conteúdo enunciado.

O genebrino avança, ademais, que há uma ligação natural entre as paixões e sua expressão linguística. Segundo a gramática filosófica do *Ensaio*, as paixões ditam sons essencialmente inarticulados, um fluxo quase contínuo de vogais submetidas somente a variações rítmicas e prosódicas (Rousseau, 1995, p. 382). A língua dos primórdios é canto, pura melodia (Rousseau, 1995, p. 383). Daí seu caráter persuasivo, sua capacidade de excitar nos ouvintes os sentimentos do falante.

Inversamente, há uma linguagem própria às demandas utilitárias das sociedades modernas. Não mais determinada pela urgência dos afetos, mas pela frieza do cálculo racional, ela substitui a eloquência dos acentos pela precisão das articulações, a emissão vocálica contínua pelas cesuras consonantais<sup>4</sup>, a figura pelo raciocínio, a persuasão pelo convencimento, a fala cantada pela escrita... Enfim, a natureza pela convenção.

Depreende-se do exposto que, também para Rousseau, há uma intimidade entre a coisa significada e o significante. Ou melhor, entre o enlevo passional e a voz melódica que é sua expressão imitativa espontânea. O *Ensaio* estabelece, assim, uma aproximação nuançada

---

*conforme convenção* e sem o tempo, e do qual nenhuma parte separada é significativa. [...] A expressão ‘conforme convenção’ quer dizer que nada por natureza pertence aos nomes, mas vem a pertencer quando se torna símbolo, uma vez que mesmo os sons inarticulados, como os das feras, revelam algum significado, ainda que nenhum deles seja um nome”.

<sup>4</sup> Sobre a oposição acento/articulação na teoria rousseauiana da linguagem, ver Baranzelli (2009). Sobre a teoria rousseauiana da linguagem originária e suas modificações históricas, cf., dentre outros, Arco Jr. (2012).

relativamente ao argumento naturalista do *Crátilo*. Ambos sustentam uma relação natural entre nome e nomeado; o nome contém por natureza certa retidão. No entanto, em Platão esse vínculo é baseado na similaridade entre a *emissão sonora do nome e a realidade extradiscursiva nomeada*, ao passo que em Rousseau trata-se da *continuidade entre as paixões que animam o sujeito da enunciação e a voz que as exprime*. Em suma, no primeiro caso temos o espelhamento linguístico de um item externo à linguagem e ao emissor, enquanto no segundo temos a imitação melódica da própria natureza humana<sup>5</sup>. Jean Starobinski (1991, p. 155), um dos poucos comentadores a considerar a referência ao *Crátilo*, sintetiza lapidarmente o percurso argumentativo que viemos de percorrer:

No início, a palavra não é ainda signo convencional [...]; é o próprio sentimento, transmite a paixão sem transcrevê-la. A palavra não é um parecer distinto do ser que designa: a linguagem original é aquela em que o sentimento *aparece* imediatamente tal como *é*, em que a essência do sentimento e o som proferido são uma e mesma coisa. Rousseau não esquece de mencionar o *Crátilo* de Platão, pois sua descrição da *primeira língua* não faz mais do que retomar, aplicando-a às paixões, a hipótese das ‘denominações naturais’ e dos ‘nomes primitivos’ [...] (grifos do autor).

## DA LINGUAGEM ORIGINAL À LINGUAGEM INFANTIL

Acreditamos ter iluminado, enfim, o porquê de Rousseau sugerir uma reabilitação do *Crátilo*. A título de conclusão, gostaríamos apenas de acrescentar um pequeno adendo, relativo a um possível desdobramento da teoria rousseauiana da linguagem original. Referimo-nos, especificamente, à sua transposição do âmbito de uma história hipotética da humanidade para aquele da história efetiva do indivíduo. Com efeito, já no *Ensaio*<sup>6</sup>, mas principalmente no *Emílio*, Rousseau dá claras indicações de que no tocante à linguagem a ontogênese replica a filogênese. O mesmo processo teria lugar em cada um desses níveis: parte-se de uma única língua natural, manifestação acentuada das disposições afetivas, para a multiplicação de línguas de convenção – tão monocórdias quanto articuladas e precisas, especialmente aptas para a

---

<sup>5</sup> Diferença semelhante separa as teorias musicais de Rousseau e Rameau. O genebrino defende que a música deve ser imitação das paixões humanas e, por isso, primordialmente melódica. Já o compositor francês acredita que a música é imitação da natureza física, fonte da harmonia (que deveria, assim, ter papel preponderante na construção musical). A propósito, cf. Rousseau (1995), Kintzler (2004), O’Dea (1994) e Yasoshima (2017).

<sup>6</sup> “Os sons simples saem naturalmente do esôfago, a boca permanece naturalmente mais ou menos aberta; as modificações da língua e do palato que fazem articular exigem atenção, exercício; não se pode fazê-las sem desejá-lo, *todas as crianças precisam aprendê-las e várias não o conseguem facilmente*” (ROUSSEAU, 1995, p. 382; ênfases nossas).

representação denotativa de exigências racionais. Com as teses do *Ensaio* em mente, leiamos o seguinte excerto do Livro I do tratado de educação:

Todas as nossas línguas [quer dizer, todas as línguas nacionais] são frutos da arte. Por muito tempo procurou-se saber se havia uma língua natural e comum a todos os homens: sem dúvida, ela existe; é aquela que as crianças falam antes de saber falar. Essa língua não é articulada, mas é acentuada, sonora [...]. O uso das nossas línguas fez com que a deixássemos de lado, a ponto de esquecê-la completamente. Estudemos as crianças e logo reaprendê-la-emos com elas. As amas-de-leite [*nourrices*] são nossas mestras nessa língua, pois entendem tudo o que os bebês [*nourriçons*] lhes dizem [...]. Embora pronunciem palavras, estas palavras são perfeitamente inúteis, [pois] não é o sentido da palavra que eles entendem, mas o acento que as acompanha (Rousseau, 1969, p. 285).

Antes de dominar o código linguístico convencional da comunidade em que nasceu, a criança pequena faz amplo uso de uma malha sonora acentuada, ainda aquém da denotação, mas prenhe de expressividade afetiva. *Uma língua natural comum a todos*, isto é, universal. Para o leitor do *Ensaio*, a sensação de *déjà-vu* é inevitável.

Por outro lado, não deixa de ser surpreendente que as considerações rousseauianas ora em apreço encontrem significativo respaldo nos achados da linguística científica<sup>7</sup>. Em seu *Linguagem infantil e afasia*, Roman Jakobson, expoente do Círculo Linguístico de Praga e figura central do estruturalismo, identifica, no curso da aquisição dos fonemas pela criança, um tipo específico de produção vocal: o *balbucio* – soma dos sons proferidos pelo infante nos primórdios de seu desenvolvimento (1974, p. 31). Dois aspectos chamam a atenção em sua descrição deste fenômeno. Primeiro, as pesquisas mostram que o balbucio de crianças ao redor do mundo é similar. Um bebê brasileiro, por exemplo, pode emitir os mesmos sons produzidos por um bebê russo, ou japonês, ou turco, ou francês etc. (Jakobson, 1974, p. 31 e seguintes). Segundo, as combinações fonéticas discernidas no balbucio são únicas, elas não entretêm correspondência necessária nem com língua materna do infante nem com qualquer outra língua instituída<sup>8</sup> (Jakobson, 1974, p. 31). Na verdade, o desenvolvimento linguístico da criança, que não se dá sem esforço e um certo jogo de imitações (entre adultos e infantes), corresponde à paulatina perda do balbucio em prol das combinações fonéticas convencionadas pela comunidade linguística à qual pertence (JAKOBSON, 1974, 32). Desse modo, essa língua que

<sup>7</sup> Sobre as afinidades entre as reflexões rousseauianas sobre a linguagem e a linguística estruturalista, ver Derrida (1967).

<sup>8</sup> Num ponto, contudo, a diferença entre as especulações de Rousseau e as descobertas da linguística deve ser notada. Jakobson, em sua refutação do “princípio do menor esforço”, pode afirmar, com extenso suporte observacional, que o balbucio é composto tanto por vogais quanto por consoantes (que emergem mesmo antes de alguns sons vocálicos), e não apenas por sons inarticulados como pretendia Rousseau (Jakobson, 1974, p. 33).

as crianças falam antes de aprender a falar, essa língua alheia à preocupação semântico-representacional poderia ser considerada como uma língua universal. Por que não dizer: *uma língua natural comum a todos*.

## REFERÊNCIAS

ARCO JR., M. D. B. **A palavra cantada ou a concepção de linguagem de Jean-Jacques Rousseau**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARISTÓTELES. **Da interpretação (edição bilingue)**. Trad. José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal**. Paris: Bossange et Masson, 1810 (reimpressão da University of Toronto, 1967).

BARENZELLI, D. A. Acentos compassivos: piedad, imaginación y voz en la filosofía de Rousseau. In: **Anais do IV Colóquio Rousseau – Rousseau: filosofia, literatura e educação**, Londrina, 2009.

BARROS NETO, A. M. da R. **Sobre o ‘Crátilo’ de Platão**. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BEAUZÉE, N. Langue. In: DIDEROT, D.; D’ALEMBERT, J. le R. **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. Paris: Flammarion, 1986.

BERNARDI, B. **La fabrique des concepts**: Recherche sur l’invention conceptuelle chez Rousseau. Paris: Honoré Champion, 2014.

DERRIDA, J. La linguistique de Rousseau. **Revue Internationale de Philosophie**, Bruxelles, n. 82, 1967.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Walter Solon. São Paulo: Edipro, 2012.

JAKOBSON, R. **Lengage infantil y afasia**. Trad. Esther Benítez. Madrid: Editora Ayuso, 1974.

KINTZLER, C. Musique, voix, interiorité et subjectivité: Rousseau et les paradoxes de l’espace. In: DAUPHIN, C. (org.). **Studies on Voltaire and the eighteenth century** (Musique et langage chez Rousseau). Oxford: Voltaire Foundation, n. 8, 2004.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano** (volume II). Trad. Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

MARQUES, M. Introdução. *In*: PLATÃO. **Crátilo, ou sobre a correção dos nomes** (edição bilíngue). Trad. Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

MATOS, F. de. A árvore do saber. *In*: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. le R. **Enciclopédia ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios** (volume I: Discurso preliminar e outros textos). Trad. Fúlvia Moretto e Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MORIN, E. **Science avec conscience**. Paris: Fayard, 1982.

O'DEA, M. Rousseau contre Rameau: musique et nature dans les articles pour l'*Encyclopédie* et au-delà. *In*: **Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie**, v. 17, n. 1, 1994.

PLATÃO. **Crátilo, ou sobre a correção dos nomes** (edição bilíngue). Trad. Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

PRADO JR., B. **A retórica de Rousseau e outros ensaios**. Trad. Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ROUSSEAU, J.-J. Discours sur l'économie politique. *In*: **Oeuvres Complètes**, vol. III. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1964a.

ROUSSEAU, J.-J. Du contract social ou Essai sur la forme de la République (Première version). *In*: **Oeuvres Complètes**, vol. III. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1964b.

ROUSSEAU, J.-J. Emile ou de l'éducation. *In*: **Oeuvres Complètes**, vol. IV. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1969.

ROUSSEAU, J.-J. Essai sur l'origine des langues. *In*: **Oeuvres Complètes**, vol. V. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1995.

SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1995.

SHAKESPEARE, W. **Romeo & Juliet** (Edited by G. Blakemore Evans). Cambridge: Cambridge University Press (The new Cambridge Shakespeare), 2003.

SOUZA, M. das G. de. Círculo dos conhecimentos. *In*: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. le R. **Enciclopédia ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios** (volume I: Discurso preliminar e outros textos). Trad. Fúlvia Moretto e Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

STAROBINSKI, J. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**, seguido de sete ensaios sobre Rousseau. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VAXELAIRE, J.-L. Cratyle, Hermogène et Saussure au XXI<sup>e</sup> siècle. *In*: **4<sup>e</sup> Congrès mondial de linguistique française**. Berlin, 19-23 juillet 2014, EDP Sciences. Disponível em: [https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/pdf/2014/05/shsconf\\_cmlf14\\_01303.pdf](https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/pdf/2014/05/shsconf_cmlf14_01303.pdf)

Acesso em: 04/03/2023.

YASOSHIMA, F. **Entre o canto das paixões e os artifícios da harmonia: o pensamento musical de Rousseau contra o sistema harmônico de Rameau.** Tese (Doutorado). Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.